

A MUDANÇA DE PERFIL DO JUDICIÁRIO: O EXEMPLO SINGESPA

THE CHANGE OF PROFILE OF JUDICIARY: THE EXAMPLE SINGESPA

Mirelle Fernandes Soares*

RESUMO: O presente artigo tem por escopo apresentar o Sistema Integrado de Gestão Judiciária e de Participação da 1ª Instância na Administração da Justiça – SINGESPA como experiência de gestão e administração de justiça no Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, que, sintonizado com o Plano Estratégico do Poder Judiciário Nacional – Resolução 70/2009 do CNJ, o SINGESPA foi institucionalizado com o objetivo de democratizar a justiça por meio de práticas dialogais e de concertação social entre agentes públicos e privados. Com esse novo perfil de Judiciário cooperado e participativo, de atuação transparente, de gestão democrática, humanista e, sobretudo, coletiva visa efetivar Direitos Fundamentais e superar a crise sistêmica do judiciário; posto que inaugura uma nova forma de administração da justiça no contexto da pós-modernidade do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Estado Democrático de Direito. Judiciário. Efetividade de Direitos.

ABSTRACT: The present article has the scope to bring forward the Integrated System of Judicial Management and Participation of first Instance in the Administration of Justice – SINGESPA as experience of managing and administering justice in the Regional Labor Court of the Third Region, which, in tune with the Strategic Plan of the National Judiciary – Resolution 70/2009 of the CNJ, the SINGESPA was institutionalized with the goal of democratizing justice through dialogic practices and social dialogue between public and private. With this new profile of cooperative and participatory Judiciary of transparent performance, democratic management, humanist and, above all, collective aims to make fundamental rights and overcome the systemic crisis of the judiciary, since it inaugurates a new form of administration of justice in the context of post modernity of democratic state.

Keywords: Democratic state of law. Judiciary. Affectivity of rights.

SUMÁRIO: 1 INTRODUÇÃO; 2 JUDICIÁRIO E SOCIEDADE: FUNÇÃO SOCIAL DO JUDICIÁRIO; 3 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: O DIÁLOGO E A CONCERTAÇÃO SOCIAL; 4 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA; 4.1 O NOVO PERFIL TRAÇADO PELO CNJ PARA O JUDICIÁRIO BRASILEIRO; 5 SINGESPA; 6 CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS.

1 INTRODUÇÃO

É perceptível pela sociedade pós-moderna que o Judiciário necessita de um novo perfil que coaduna com os ditames do Estado Democrático de Direito diante da complexidade social e da grande crise sistêmica que assola esse Poder que não consegue garantir a efetividade dos Direitos Fundamentais em sua prestação jurisdicional.

* Mestranda em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Pesquisadora do Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho e à Administração da Justiça – PRUNART/UFMG. Subcoordenadora do Grupo de Estudos em Administração da Justiça. Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil.

A crise do Poder Judiciário Nacional foi provocada por vários acontecimentos da segunda metade do séc. XX. Os episódios que contribuíram para a referida crise foram: jurídicos, com a expansão dos direitos sociais; econômico, com a crise do petróleo; social, com a mudança de uma sociedade rural para urbana e político pela falta de políticas públicas que efetivassem os direitos sociais assegurados naquele momento.

A “enxurrada” de processos ao Judiciário teve o fito de assegurar a efetividade dos direitos sociais (fundamentais), o que provocou uma grande crise sistêmica nesse poder, e que repercute na atual sociedade cada vez mais complexa.

Diante da crise que permanece entranhada no Judiciário, a Emenda Constitucional nº 45/2004 instituiu o princípio da duração razoável do processo e conferiu ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a função de planejamento estratégico do Poder Judiciário. De fato atribuiu ao Poder Judiciário uma atuação mais dinâmica, visto que, as relações pessoais e a pós-modernidade impuseram uma atitude de protagonista para o cumprimento dos preceitos da Carta Magna.

Percebendo o grande problema que obsta o cumprimento dos Direitos Fundamentais, o CNJ dispôs sobre a Resolução de nº 70 de 2009 que trata do Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário. A resolução traz, em linhas gerais, o que deve ser percorrido pelo Judiciário Nacional como forma de efetivar direitos, e resgatar a sua legitimidade perante a sociedade como um Poder efetivo de justiça, equidade e paz social.

Em consonância com o Plano Estratégico, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região institucionalizou o Sistema Integrado de Gestão Judiciária e de Participação da 1ª Instância na Administração da Justiça com o objetivo de democratizar a justiça por meio de práticas dialogais e de concertação social entre agentes públicos e privados, através de um envolvimento cooperado e participativo do Judiciário, com transparência, gestão democrática dialógica, humanista e, sobretudo, coletiva que visa efetivar direitos e superar a crise sistêmica do judiciário.

2 JUDICIÁRIO E SOCIEDADE: FUNÇÃO SOCIAL DO JUDICIÁRIO

A expansão das funções do Poder Judiciário, manifesto nas últimas décadas, requer do estudioso um novo olhar.

Conforme entendimento de Boaventura de Sousa Santos, só após a 2ª Guerra Mundial que, nos países centrais, se consolidou uma nova forma de Estado. Portanto, na

passagem do Estado Liberal para o Estado Providência o Direito foi desarticulado. No primeiro, enquanto tinha como princípio legitimador o Direito, no segundo se legitimava no tipo de desenvolvimento Econômico e na forma de sociabilidade que acreditava estimular.

No novo paradigma do Estado Democrático de Direito, a função social do judiciário é algo que deve ser traçado por esse Poder. Nesse sentido, “a superação do mito da neutralidade do Juiz e do seu apoliticismo, institucionalizando-se uma magistratura socialmente comprometida e socialmente controlada” (GRINOVER; DINAMARCO; WATANABE, 1988, p. 95).

O Estado Democrático de Direito não mais aceita uma postura omissa e passiva do Poder Judiciário. “Este deixou de ser um Poder distanciado da realidade social, para tornar-se um efetivo partícipe da construção dos destinos da sociedade e do país, sendo, além disso, responsável pelo bem da coletividade” (TEIXEIRA, 1999, p. 182).

No Estado de direito exige-se grande esforço do juiz, para o exercício do desenvolvimento da função promocional do direito: construção de uma jurisprudência que consagre os valores constitucionais da igualdade e da solidariedade, realizando-se os avanços normativos necessários à sociedade. (BARACHO, 1995, p. 29)

Além do mais, na órbita atual prescinde-se de um Judiciário com entendimentos múltiplos: sociais, políticos, culturais, econômicos. Enxergá-lo como um ente juridicamente isolado no cenário atual em face de complexidade global, o torna, na melhor da palavra “inconstitucional”, haja vista ser um órgão garantidor de mudança social em seu campo de atuação.

O magistrado deve possuir um conhecimento multidisciplinar¹, estando próximo da sociedade e sentir seus clamores para que sua decisão seja coberta por justiça, com intuito de promover uma melhor prestação jurisdicional, logo, justiça social. Ressalte-se que: “As novas gerações de Juízes e Magistrados deverão ser equipados com conhecimentos vastos e diversificados (econômicos, sociológicos, políticos) sobre a sociedade em geral e sobre a administração da justiça em particular” (FARIA, 1997, p. 59).

Para o judiciário conseguir efetivar os Direitos Fundamentais, cumpre conhecer a realidade que lhe cerca. Edgar Morin (2010) assegura que, para tentar compreender a realidade que se vive, deve-se aproximar ao seio da sociedade, e, através do diálogo entre os

¹ Edgar Morin em sua obra *Ciência com Consciência* revela a grandiosidade do conhecimento multidisciplinar para o entendimento e construção do real.

entes sociais entenda a complexidade da comunidade e construa o real; ou seja, para saber o que de fato ocorre na seara social.

Assim determina: “o complexo é o que não se conceitua por uma chave mestra, por apenas uma Lei. O método capaz de revelar o desafio da complexidade que não consiste em reduzir ao simples que domina e controla o real, mas tratar o real dialogando e negociando com ele” (MORIN, 2005, p. 29).

Edgar Morin com muita maestria assegura que: “é preciso um paradigma de complexidade, que, ao mesmo tempo, separe e associe, que conceba os níveis de emergência da realidade sem os reduzir às unidades elementares e às leis gerais” (MORIN, 2010, p. 138).

O autor (2010, p. 56) afirma que em certos momentos os governos totalitários quiseram controlar a ciência e impor a verdade. O que não ocorre com a democracia, por isso Morin afirma que: “nos outros sistemas, há no alto, os chefes, padres, reis, etc., que têm o livro sagrado que interpretam, eles e só eles, e são, assim os detentores monopolistas da verdade” (MORIN, 2010, p. 155-156).

Edgar Morin em sua obra *Ciência com Consciência* faz uma comparação entre ciência e democracia, em que ambas não existe verdade pré-definida, a mesma vai se construindo ou desconstruindo por meio da investigação e produzida pela exposição de conflitos, onde existe um meio de pluralidade e de debates.

É um sistema que não tem verdade. Porque a verdade é a regra do jogo, como na ciência. A ciência não tem verdade, não existe uma verdade científica, existem verdades provisórias que se sucedem, onde a única verdade é aceitar essa regra e essa investigação. Portanto, existe uma democracia propriamente científica como funcionamento regulamentado e produtivo da conflituosidade (MORIN, 2010, p. 56).

Frente a uma sociedade pluralista em que as verdades vão sendo construídas e, portanto, são biodegradáveis vivas e mortas ao mesmo tempo, requer frente ao Estado Democrático de Direito uma democracia integral, onde os agentes públicos e privados possam participar das escolhas públicas por meio de um ambiente dialógico, já que a mera participação política no sistema torna-se insuficiente.

Essa participação também se torna presente no campo do Poder Judiciário, posto que os atores públicos e privados contribuem para administrar a justiça democraticamente. Nessa perspectiva, diante do caráter aberto da Constituição e de uma sociedade plural todos que vivem interpretam a Constituição em sua realidade. Diante disso, Peter Häberle argumenta:

Uma Constituição que estrutura não apenas o Estado em sentido estrito, mas também a própria esfera pública, dispondo sobre a organização da própria sociedade e, diretamente, sobre setores da vida privada, não pode tratar as forças sociais e privadas como meros objetos. Ela deve integrá-las ativamente enquanto sujeitos (HÄRBELE, 1997, p. 33).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) trouxe de forma explícita essa tentativa de aproximar toda a sociedade para o processo interpretativo da Constituição quando carrega em sua essência o caráter democrático participativo e plural. Logo, o Judiciário como ente que busca efetivar os Direitos Fundamentais, necessita dessa aproximação com a sociedade (atores públicos, privados) a fim de conhecer suas peculiaridades e interpretar a Constituição buscando a justiça social.

O Juiz como agente social e político (não partidário), deve estar atento às transformações do mundo moderno, ao aplicar o Direito, valorando os aspectos sociais, políticos e econômicos dos fatos que lhe são submetidos. Cabe ao juiz exercer a atividade recriadora do Direito através do processo hermenêutico, bem como a de adaptador das regras jurídicas às novas e constantes condições da realidade social, e, com a grande responsabilidade deve buscar as soluções justas aos conflitos, visando à paz social².

Boaventura de Sousa Santos, em pesquisas sobre “Os tribunais nas sociedades contemporâneas”, destacou o Brasil como o país no qual, apesar do predomínio de uma cultura jurídica cínica e autoritária, se multiplicam os sinais do ativismo dos Juízes comprometidos com a tutela judicial eficaz de direitos (SANTOS, 1996, p. 45).

A legitimidade dos juízes deve ser orientada para o grau de adequação do comportamento judicial aos princípios e valores que a soberania nacional considera como fundamentais. Sua legitimidade democrática encontra-se assentada na exclusiva sujeição dos juízes às leis emanadas da vontade popular. Expressa-se nas decisões judiciais, enquanto amparadas nas aspirações da comunidade, plasmadas no ordenamento constitucional e legal (BARACHO, 1995, p. 27).

Pelo exposto, a efetivação dos direitos compete inclusive ao Poder Judiciário, que ativo, passa a ter função de garante dos Direitos Fundamentais, que se desloca do modelo liberal individualista – que não se preocupa com os clamores sociais – e passa a atuar com ética substancial e consequencialista de suas decisões, por meio de uma concertação social dialogal e solidária.

² PINTO, Oriana Piske de Azevedo Magalhães. **O Poder Judiciário no estado contemporâneo**. Disponível em: <http://www.idcb.org.br/pdfs/O_PoderJudiciario.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2012

3 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: O DIÁLOGO E A CONCERTAÇÃO SOCIAL

O diálogo é a base essencial para uma democracia plural e participativa, posto que frente às diferenças, e na busca de resolver os conflitos o melhor caminho é o diálogo. Nesse diapasão, por meio do diálogo, logo, no discurso, as partes expõem seus questionamentos e visam chegar a um consenso.

Cabe ressaltar que não é qualquer discurso, que enseja o fortalecimento de uma democracia, para tanto, as vozes dos partícipes devem ser avaliadas e consideradas sob o enfoque Constitucional. De certo, o discurso deve primar, também pela ética, já que um discurso utilitarista, sob um viés totalitário – distante dos preceitos constitucionais – enseja a quebra da relação que se prima promover.

Conforme Pinzanni (2009, p. 125), “o discurso ideal é aquele no qual todos os concernidos podem participar, e que funciona por meio de regras específicas, as regras do discurso”.

Nesse diapasão, Boaventura de Sousa Santos levanta um ponto de bastante importância; posto que numa democracia o diálogo entre os variados meios de conhecimento seja fundamental para o jogo democrático. Santos explica que a ecologia dos saberes é

O diálogo horizontal entre conhecimentos diversos, incluindo o científico, como também o camponês, o artístico, o indígena, o popular e outros tantos que são descartados pela quadrícula acadêmica tradicional. De tal maneira que a tradução intercultural é o procedimento que possibilita criar entendimento recíproco entre as diversas experiências de mundo (SANTOS, 2012, p. 4).

Assim, “somente no bojo de uma ação comunicativa conduzida por uma teoria discursiva se poderá falar efetivamente em pluralismo e participação no sentido de democracia pretendida pelo Estado brasileiro” (VASCONCELOS, 2009, p. 369).

João Bosco da Encarnação aduz que: “o agir comunicativo é caracterizado pela interação de ao menos dois sujeitos capazes de linguagem e ação (com meios verbais e extra verbais) estabelecem uma relação interpessoal” (HABERMAS apud ENCARNAÇÃO, 1999, p. 71).

Habermas esquematizou a teoria da ação comunicativa e Oliveira acrescentou que:

Um dos propósitos de Habermas ao traçar a teoria da ação comunicativa, foi estabelecer parâmetros de discussão sobre a ação e linguagem tendo como consequência direta deste processo deliberativo, o sentimento de empatia social como reflexo da deliberação e também a participação cívica por excelência. Essa teoria propõe a isonomia de tratamento, e uma isonomia na instrumentalização nas ferramentas políticas de participação social. Democracia deliberativa nasceu nesta teoria, e essa ideia de um debate permanente nada mais é do que deliberação política instrumentalizada através de todos os elementos do grupo (OLIVEIRA, 2011, p. 11).

Ressalte-se que, conforme destacou Antônio Gomes de Vasconcelos:

Se em Habermas a legitimação das pretensões de validade se verifica por meio de uma Ética do Discurso e do consequente consenso dos participantes em torno delas, o acolhimento da teoria garantista coloca na base do consenso preconizado os princípios e as garantias constitucionais norteadores de sua prática. (VASCONCELOS, 2002, p. 370)

Como se denotou, os princípios e as garantias constitucionais são embaixadores para a prática do discurso. Nesse aspecto, o Estado garantista mira-se na igualdade entre os homens e no solidarismo como alicerce da organização do Estado, para que as prestações sociais assumidas sejam realizadas por meio do consenso.

Sob essa ótica, “a utilização da concertação social implica na intenção de realizar um acordo entre o governo e seus atores sociais, geralmente quando há uma vontade comum entre as partes para solucionar um problema nacional de cunho econômico ou social” (CEZAR, 2008, p. 1)

De certo, a concertação social para Katia Regina Cezar (2008) é um método com vistas à feitura de um acordo tripolar, no qual o governo não desempenha um papel de árbitro ou mediador, mas sim de parte, assumindo uma posição de negociador e não de autoridade, junto aos demais atores sociais.

Nessa perspectiva o Judiciário se insere nessa perspectiva e, para tanto, é o órgão pelo qual a sociedade recorre para pleitear reparação de um direito lesado. Assim, manter o diálogo com atores públicos e privados, com intuito de garantir a efetividade dos Direitos Fundamentais (sociais) por meio de uma concertação social democrática, em que as opiniões são expostas e consideradas e o consenso construído é característica essencial do Estado Democrático de Direito.

Essa seria a mudança de postura do Judiciário Nacional, que tivesse por objetivo cumprir os preceitos fundamentais alicerçados pelos pressupostos fundantes do Estado Democrático de Direito: transparente, célere, efetivo, democrático, participativo e que promova a justiça social.

Para tanto, como forma de superar a crise de ineficiência do Judiciário Nacional, o CNJ foi criado, a priori, justamente para fiscalizar as atividades financeiras e administrativas dos tribunais em todo país e garantir uma mudança de postura do Judiciário Nacional, como será discorrido no próximo capítulo.

4 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

No estudo aqui explorado, é de suma importância adentrar no campo do CNJ, para examinar se as políticas, no exercício de suas competências, favorecem o avanço do novo paradigma do Judiciário Nacional. Além do Art. 103-B da CRFB/88 ter assegurado que o CNJ fosse composto por 15 membros, o § 4º traz em seu bojo as seguintes funções:

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I – zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correccional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV – representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI – elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

Dessa forma, o objetivo do legislador foi criar um órgão do judiciário que pudesse fiscalizar as atividades financeiras e administrativas dos tribunais em todo país. Certo que seria uma forma resgatar a legitimidade perdida perante a sociedade, de modo que Judiciário primasse o serviço judicial de excelência e fosse reconhecido como um instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social.

Nesse diapasão, percebe-se a tentativa de revelar à sociedade a grandiosidade do judiciário como ente multifuncional, desprendida daquela característica simplista e ultrapassada de ínfimo julgador; indo de enlace ao resgate dos pressupostos basilares do constitucionalismo democrático, que exige do judiciário uma postura ativa, em seu sentido complexo, portador de grandiosa funcionalidade perante e para a sociedade.

4.1 O NOVO PERFIL TRAÇADO PELO CNJ PARA O JUDICIÁRIO BRASILEIRO

A Emenda Constitucional nº 45/2004 incluiu na estrutura orgânica do Poder Judiciário Nacional o CNJ, que atribuiu a competência de controlar a atuação administrativa e financeira da instituição e do cumprimento dos deveres funcionais dos Juízes.

Ocorre que o CNJ passou a ter incumbência da elaboração das políticas nacionais de administração da justiça e da coordenação, além da gestão estratégica do Poder Judiciário, de maneira que edita normas relativas a tais assuntos, destacando-se especialmente a Resolução nº 70/2009 que diz respeito ao Plano Estratégico do Poder Judiciário Nacional.

Art. 1º – Fica instituído o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, sintetizado nos seguintes componentes:

I – Missão: realizar justiça.

II – Visão: ser reconhecido pela Sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social.

III – Atributos de Valor Judiciário para a Sociedade:

a) credibilidade; b) acessibilidade; c) celeridade; d) ética; e) imparcialidade; f) modernidade; g) probidade; h) responsabilidade Social e Ambiental; i) transparência.

IV – 15 (quinze) objetivos estratégicos, distribuídos em 8 (oito) temas: a) Eficiência Operacional: Objetivo 1. Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos; Objetivo 2. Buscar a excelência na gestão de custos operacionais; b) Acesso ao Sistema de Justiça: Objetivo 3. Facilitar o acesso à Justiça; Objetivo 4. Promover a efetividade no cumprimento das decisões; c) Responsabilidade Social: Objetivo 5. Promover a cidadania; d) Alinhamento e Integração: Objetivo 6. Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário; Objetivo 7. Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais nos planos nacional e internacional; e) Atuação Institucional: Objetivo 8. Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições; Objetivo 9. Disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva; Objetivo 10. Aprimorar a comunicação com públicos externos; f) Gestão de Pessoas: Objetivo 11. Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores; Objetivo 12. Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia; g) Infraestrutura e Tecnologia: Objetivo 13. Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais; Objetivo 14. Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia de informação; h) Orçamento:

Objetivo 15. Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia³.

Diante do disposto pela Resolução 70/2009, pode-se deduzir que a busca precípua do CNJ é contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício da sociedade.

Nesses termos, o CNJ tem abarcado na esfera de suas competências a de definir a missão institucional, a visão de futuro, os atributos de valor para a sociedade brasileira e os objetivos do Poder Judiciário Nacional, premissas indispensáveis à formulação do seu planejamento estratégico.

Como descreve no inciso I do Art. 1º da Resolução 70/2009 que o novo perfil traçado para o judiciário brasileiro é que tenha como missão a realização de justiça, visando o reconhecimento pela sociedade de ser um órgão efetivo de justiça, equidade e paz social. Além de ter como valores a: credibilidade, acessibilidade, celeridade, ética, imparcialidade, modernidade, probidade, responsabilidade Social e Ambiental, e transparência.

Num primeiro olhar, percebe-se que a intenção do CNJ é promover uma mudança de postura do Judiciário como um todo, tendo como pressuposto, ou seja, como pano de fundo, a concretização dos Direitos Fundamentais. Isso pode ser observado pela sua missão “máster”, que é a de realizar justiça “no sentido de Judiciário como garantidor dos direitos constitucionais dos cidadãos” (REPOLÊS, 2012, p. 231).

Todavia, já num segundo olhar, pode-se depreender pelo inciso IV do Art. 1º que os objetivos estratégicos trazem em linhas gerais apenas escopos gerenciais, como se esses fossem os únicos problemas que afetam o Judiciário.

De certo não é objeto do presente artigo tecer as devidas críticas ao Plano Estratégico, mas sim de ressaltar, mesmo que de forma contraditória a urgência de uma mudança de perfil de Judiciário pelo CNJ.

O Judiciário deve pautar sua atividade jurisdicional na força normativa da CRFB/88, o qual o diálogo e a concertação social sejam fundamentos para compreensão da realidade complexa, como forma de efetivar os Direitos Fundamentais e democratizar a Justiça, além de superar a crise sistêmica que assola esse Poder. Nesse aspecto, o SINGESPA merece ser objeto de exemplo, em busca de suplantar a crise do Judiciário e trazer uma

³ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Resolução 70 de 2009 do Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/gestao-e-planejamento-do-judiciario/resolucao-n-70>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

verdadeira democratização da justiça nos alicerces do Estado Democrático de Direito de uma nova postura para o Judiciário Nacional.

5 SINGESPA

Diante do exposto, merece estudo o Sistema Integrado de Gestão Judiciária e de Participação da 1ª Instância na Administração da Justiça do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Terceira Região (SINGESPA), pelo fato de inaugurar uma nova forma de administração da justiça na pós-modernidade.

A criação do SINGESPA pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região teve por base adoção de medidas para a realização de todas as Ações e Metas Nacionais, estabelecidas pelo CNJ, pelas quais enxergou a importância decisiva: a) do envolvimento dos magistrados de Primeira Instância em quaisquer iniciativas destinadas ao cumprimento de tais metas; b) da criação de espaços de participação efetiva dos magistrados de Primeira instância na Gestão Judiciária e na Administração da Justiça⁴.

O SINGESPA indica que, dentre seus objetivos, busca promover o intercâmbio pessoal e profissional por meio do diálogo, a fim de formular diagnósticos realistas das necessidades e especificidades regionais e locais.

Nessa acepção, o Regulamento Geral do SINGESPA, nos termos da Portaria TRT/SGP/00199/2011, de 09 de fevereiro de 2011, determinou as normas constitutivas do Sistema. Em seu Art. 2º dispõe que:

Art. 2º – O SINGESPA é órgão vinculado à Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região voltado para a busca da eficácia e eficiência dos serviços judiciários, da efetividade da prestação jurisdicional inspirada nos princípios da prevenção e gestão dos conflitos sociolaborais, da conciliação, da duração razoável do processo e da justiça das decisões e destinada a:

I – assegurar a participação dos juízes na gestão judiciária e na administração da justiça por intermédio de proposições individuais convertidas em diretrizes de ação segundo os procedimentos estabelecidos neste regulamento;

II – promover a descentralização da gestão judiciária e da administração da justiça, respeitando-se as particularidades regionais e/ou locais, e a atuação coletiva dos juízes no âmbito das respectivas Unidades Regionais de Gestão Judiciária e de Participação da Primeira Instância na Administração da Justiça (URGEs), orientada por diretrizes de ação estabelecidas em conformidade com os procedimentos estabelecidos neste regulamento;

III – instituir mecanismos de intercâmbio e interação entre os juízes;

⁴ O SINGESPA. **Sistema Integrado de Gestão Judiciária e de Participação da 1ª Instância na Administração da Justiça do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região**. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/singespas/download/historia/projeto_singespas.pdf> Acesso em: 16 ago. 2012

IV – formular políticas jurisdicionais e administrativas voltadas para o alcance dos propósitos mencionados no caput deste artigo, bem como interagir com as demais instituições do sistema de justiça⁵.

Trata de uma unidade administrativa que tem por escopo profunda democratização da justiça, posto que vincula-se à Presidência do TRT da 3ª Região. Tem como meta a busca de uma melhor prestação jurisdicional, consubstanciada pelos princípios constitucionais, de maneira que o “diálogo social”, a governança (co-gestão) e a intersubjetividade dos agentes jurídicos racionais estão envolvidos nessa concertação social. Todos não mais reduzidos à veneração racionalista-positivista das normas jurídico-estatais.

Já no Art. 3º do mesmo Regulamento Geral do SINGESPA, determina os fundamentos de criação e de institucionalização do sistema:

Art. 3º – O SINGESPA tem por fundamento as diretrizes estabelecidas na Resolução 70/CNJ e no Plano Estratégico do Poder Judiciário Nacional, elegendo, no seu objetivo de contribuir para a realização da justiça em conformidade com os princípios e objetivos do Estado Democrático de Direito inscrito na Constituição Federal, as seguintes premissas de atuação:

- I – reconhecimento da posição estratégica dos órgãos de primeira instância para o cumprimento da missão do Poder Judiciário Nacional;
- II – cooperação judiciária;
- III – democratização da administração da justiça;
- IV – concertação e integração e de estratégias de gestão judiciária e administração da justiça entre os órgãos de primeira instância;
- V – eficácia e eficiência operacional;
- VI – valorização dos órgãos jurisdicionais de primeira instância;
- VII – continuidade administrativa⁶.

Como se pode depreender, o SINGESPA tem por fundamento as diretrizes estabelecidas na Resolução 70/CNJ e no Plano Estratégico do Poder Judiciário Nacional em consonância com os preceitos do Estado Democrático de Direito já mencionados em capítulo anterior.

A plena assimilação das políticas do CNJ voltadas para a gestão judiciária, o planejamento estratégico, o estabelecimento de metas e a racionalização dos recursos materiais e humanos, e orientadas para a agilização da justiça e o aprimoramento da prestação jurisdicional foi determinante para o desencadeamento

⁵ SINGESPA. **Portaria TRT/SGP/00199/2011, de 09 de fevereiro de 2011.** Disponível em: http://www.trt3.jus.br/singespas/download/regulamento_geral.pdf. Acesso em: 16 ago. 2012.

⁶ SINGESPA. **Portaria TRT/SGP/00199/2011, de 09 de fevereiro de 2011.** Disponível em: http://www.trt3.jus.br/singespas/download/regulamento_geral.pdf. Acesso em: 16 ago. 2012.

de profunda reestruturação administrativo–gerencial, no âmbito do TRT3, na linha dos princípios, programas de ação e metas estabelecidos pelo CNJ⁷.

A estrutura e as políticas do SINGESPA foram aptas a promover a democratização da gestão judiciária e da administração da justiça, a participação e o diálogo entre os magistrados da Primeira Instância, e entre estes e o Tribunal. E mais:

Criar condições para a formulação de consciência coletiva dos magistrados de Primeira Instância e de uma política jurisdicional orientada para a busca permanente do aprimoramento da atividade jurisdicional, com ênfase nos princípios da duração razoável do processo, da justiça das decisões e da efetividade dos direitos⁸.

O processo de institucionalização do SINGESPA, além de ter como meta o cumprimento da Resolução 70 do CNJ, no que tange Plano Estratégico do Poder Judiciário Nacional, foi criado sob as premissas da CRFB/88, que prevê uma justiça ágil, justa e efetiva, ao consagrar os princípios da duração razoável do processo, os de justiça e da efetividade dos direitos sociais.

Dessa feita, denota-se que a criação do SINGESPA vai de encontro com os ditames do CNJ, que por sua vez, está em perfeita sintonia com os preceitos constitucionais do Estado Democrático de Direito, que garantiu ao Poder Judiciário uma atuação protagonista na sociedade sendo agente de transformação. Posto que abandonou seu papel simplista de mero aplicador de leis para um judiciário participativo, gestor e mais ativo em sua comunidade, tendo por escopo o conhecimento da realidade de uma sociedade cada vez mais complexa.

À luz do novo perfil de Judiciário, o SINGESPA representa um modelo contemporâneo de gestão que vai de encontro com a missão e visão do CNJ para um Judiciário como agente de transformação social.

O SINGESPA tem por objetivo de democratizar a justiça por meio de práticas dialogais e de concertação social com os agentes públicos e privados, através de um envolvimento cooperado e participativo do Judiciário, com transparência, gestão democrática dialógica, humanista e, sobretudo, coletiva que visa efetivar direitos e superar a crise sistêmica do judiciário.

⁷ O SINGESPA. **Sistema Integrado de Gestão Judiciária e de Participação da 1ª Instância na Administração da Justiça do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região**. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/singesp/download/historia/projeto_singesp.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2012

⁸ O SINGESPA. **Sistema Integrado de Gestão Judiciária e de Participação da 1ª Instância na Administração da Justiça do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região**. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/singesp/download/historia/projeto_singesp.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2012.

6 CONCLUSÃO

Considerando todo o arcabouço apresentado no artigo, resta claro que, a visão ultrapassada de um judiciário metódico e legalista caracterizado por um agente distante da sociedade e mero aplicador da Lei, deve ser lançada por terra. O novo paradigma do Estado Democrático de Direito requer desse ente uma nova postura na sociedade pós-moderna.

Um Judiciário que seja ativo, mas que seja ético e transparente; que não seja neutro, mas que seja probo e moral; que seja eficaz, mas que seja justo e efetivo. Assim, requer um Judiciário ousado, que promova o diálogo e a concertação social em prol da justiça social.

Denota-se a busca pela emancipação social, em que os agentes públicos e privados por meio do diálogo e da troca de argumentos construam uma nova realidade, e garantam efetividade aos Direitos Fundamentais (sociais), através de uma prestação jurisdicional de qualidade e próxima da sociedade.

Nesse diapasão o CNJ por meio de sua missão institucional, a visão de futuro, os atributos de valor para a sociedade brasileira e os objetivos do Poder Judiciário Nacional, busca precipuamente contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício da sociedade; promovendo uma mudança de perfil do judiciário em atenção aos contornos constitucionais.

A institucionalização do SINGESPA teve por fundamento adoção de medidas para a realização de todas as ações e metas nacionais, estabelecidas pelo CNJ. Tendo por escopo: o diálogo social, à troca de experiências e o desenvolvimento de parcerias voltadas para a união de esforços em busca da efetividade na garantia dos direitos sociais, da agilidade da justiça e da efetividade da prestação jurisdicional, ocorrendo através de: reuniões presenciais ou virtuais, instauração de fóruns discursivos e/ou deliberativos, aprovação de diretrizes de ação.

Nesse sentido, o diálogo, a concertação social e a participação democrática são parâmetros que devem ser seguidos pelo SINGESPA, assim este mira suas práticas em administrar a Justiça calcada na concretização da Constituição, merece destaque na órbita içada; posto ser um modelo democrático de interagir os magistrados e demais agentes públicos e privados a fim de conhecer a realidade complexa, capaz de contribuir para a superação da crise do Judiciário Nacional.

REFERÊNCIAS

BARACHO, José Alfredo. **Teoria geral da cidadania:** a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Resolução de nº 70 de 2009 do Conselho Nacional de Justiça.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/gestao-e-planejamento-do-judiciario/resolucao-n-70>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

BROCHADO, Mariá. **Magistratura:** noções gerais de Direito e formação humanística. Niterói: Imperitus, 2012.

CEZAR, Katia Regina. **A importância da concertação social.** Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/4687/A-importancia-da-concertacao-social>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

ENCARNAÇÃO, João Bosco da. **Filosofia do Direito em Habermas:** a hermenêutica. 3. ed. São Paulo: Stiliano, 1999.

ESTEVES, João Luiz M. **Direitos Sociais no Supremo Tribunal Federal.** São Paulo: Método, 2007.

FACHIN, Zulmar. **Funções do Poder Judiciário na sociedade contemporânea e a concretização dos Direitos Fundamentais.** Disponível em: <http://www.anima-opet.com.br/primeira_edicao/artigo_Zulmar_Fachin_funcoes.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2012.

FARIA, José Eduardo. **Direito e Justiça: A função social do Judiciário.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.

FARIA, José Eduardo. Os desafios do Judiciário. **Revista USP**, São Paulo, nº 21, 1994.

GOMES, Luiz Flávio. **A dimensão da Magistratura no Estado Constitucional e democrático de Direito:** independência judicial, controle judiciário, legitimação da jurisdição, politização e responsabilidade do juiz. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

GRINOVER, Adda Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel; WATANABE, Kazuo. **Participação e Processo.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia:** entre facticidade e validade, v. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HARBELE, Peter. Hermenêutica Constitucional. **A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição:** Contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris editor, 1997.

JÚNIOR, Tércio Sampaio Ferraz. O Judiciário frente à divisão de poderes: um princípio em decadência? **Revista USP**, São Paulo, nº 21, 1994.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Traduzido por: ALEXANDRE, Maria D.; DÓRIA, Maria Alice Sampaio. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

OLIVEIRA, Felipe Guimarães de. **Democracia deliberativa: uma perspectiva de acesso e participação cívica**. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, nº 2883, 24 maio 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/19178>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

PINTO, Oriana Piske de Azevedo Magalhães. **O Poder Judiciário no Estado Contemporâneo**. Disponível em: <http://www.idcb.org.br/pdfs/O_PoderJudiciario.pdf>. Acesso em: 15 de ago. 2012.

PINZANI, Alessandro. **Introdução Habermas**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

RACY, Vivien. **A função do Poder Judiciário no estado contemporâneo**. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/view/1092/897>. Acesso em: 16 ago. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João; FERREIRA, Pedro Lopes. **Os tribunais nas sociedades contemporâneas: O Caso Português**. Porto: Afrontamento, 1996.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SINGESPA. **Portaria TRT/SGP/00199/2011, de 09 de fevereiro de 2011**. Disponível em: <http://www.trt3.jus.br/singespa/download/regulamento_geral.pdf>. Acesso em: 16 de ago. 2012.

SOARES, Evanna. **Audiência pública no processo administrativo**. Disponível em: <<http://www.prt22.mpt.gov.br/artigos/trabevan34.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2012.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **O juiz: seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. **A função dos conselhos tripartites dos núcleos intersindicais de conciliação trabalhista: a organização intercategorial as relações de trabalho (regulamentação, administração, prevenção e resolução de conflitos) orientada pelo princípio da subsidiariedade ativa**. 2002. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Direito, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Poder Judiciário: crise, acertos e desacertos**. Traduzido por: TAVARES, Juarez. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

Correspondência | Correspondence:

Mirelle Fernandes Soares

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Av. João Pinheiro, 100, 11º andar, Centro,
CEP 30.130–180. Belo Horizonte, MG, Brasil.

Fone: (31) 3409–8625.

Email: soares_mirelle@hotmail.com

Recebido: 27/03/2013.

Aprovado: 31/07/2013.

Nota referencial:

MIRELLE, Fernandes Soares. A mudança de perfil do judiciário: o exemplo SINGESPA. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 15, n. 2, p. 96-112, maio/ago. 2013. Quadrimestral.